

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Da Sra. Deputada Federal LAURA CARNEIRO)

Requer a declaração de  
prejudicialidade do PL nº 1.169/2021.

Senhor Presidente:

Requeiro, na qualidade de Relatora nesta Comissão do projeto de lei mencionado na ementa, que *“Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer a regulamentação de criação do conselho consultivo de saúde para determinar que medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública devem embasar-se em evidências científicas, em análises sobre informações estratégicas e em diretrizes de órgãos colegiados especializados”*, seja declarada a prejudicialidade do mesmo com base no art. 164, I do RICD.

## JUSTIFICAÇÃO

Com o fim da pandemia da ‘COVID-19’, tendo a OMS - Organização Mundial da Saúde - decretado, como é sabido por todos, a cessação da **emergência de saúde pública de importância internacional** decorrente da mesma, o projeto mencionado na ementa perdeu a oportunidade, devendo assim ser declarado prejudicado nos termos regimentais.

De fato, o projeto visa acrescentar dispositivos ao art. 3º da Lei nº 13.979/20, que *“dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”*.



Sala da Comissão, em 25 de setembro de 2023.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**

2023-16449

